Considerações finais

Josivaldo Pires de Oliveira
Luiz Augusto Pinheiro Leal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, J. P., and LEAL, L. A. P. Considerações finais. In: *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 177-180. ISBN: 978-85-232-1726-6. Available from: doi: [10.7476/9788523217266.012](https://doi.org/10.7476/9788523217266.012). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/96v9g/epub/oliveira-9788523217266.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Considerações finais

A história tradicional ensina que a substituição da mão de obra escrava, de origem negra, pela mão de obra livre, de procedência européia, era motivada por motivos exclusivamente econômicos. No entanto, as novas abordagens sobre a questão racial no Brasil demonstram que os interesses que determinavam a escolha da mão de obra européia também fundamentavam-se no projeto de embranquecimento da população brasileira. Desde meados do século XIX, até aproximadamente 1930, o Brasil desenvolveu projetos raciais que se fundamentavam em uma ciência denominada de racismo, de origem européia, que visava transformar as características físicas da população brasileira. Contudo, poucos estudos abordam a questão de que a política de embranquecimento não visava apenas o clareamento da pele do brasileiro. Era preciso também embranquecer, ou como era dito na época, “civilizar”, as classes populares do país. Isso significava a criação e implementação de leis que visavam a eliminação de qualquer prática cultural de origem negra do território nacional. É desse modo que podemos entender que o samba, o lundu, o carimbó, o retumbão, o candomblé e a capoeira, entre outras denominações do que era identificado genericamente como *batuque*, foram os alvos da repressão policial que se fundamentava nos códigos de posturas municipais ou código penal republicano. Contudo, de todas as práticas culturais de origem negra, a capoeira foi a única que recebeu atenção repressiva nacional em relação às suas características potenciais de articulação política.

A necessidade do controle social e político da capoeira implicou em sua criminalização legal, instituindo assim o crime de capoeiragem no Código Penal Brasileiro, enquadrado diretamente no Art. 402, mas indiretamente no conjunto de artigos que tratam das transgressões de vadiagem, de ofensa moral, bons costumes e perturbações da ordem pública. Nestes termos muitos capoeiras responderam a processos criminais em diferentes configurações de criminalidade, mas a ênfase na criminalização da capoeira revelava um projeto direcionado de eliminação da prática em todo o país. Com isso, buscava-se resolver dois grandes problemas: a expressividade de ação política da capoeiragem e, ao mesmo tempo, a capacidade de aglutinação de diferentes tradições negras em uma única prática em trânsito pelos portos marítimos e fluviais do litoral brasileiro. No final das contas, o próprio governo ajudou a promover uma primeira integração da prática da capoeira – diversificada em suas práticas regionais – quando impôs a deportação dos capoeiras do Rio de Janeiro para Pernambuco (Fernando de Noronha) ou do Pará para o Amapá, no final do século XIX. Na Bahia, até o momento, é desconhecida uma experiência nesse sentido. Isso talvez ajude a compreender a organização moderna dos capoeiras baianos no século XX.

Em oposição a sua criminalização, surgiram a “reafricanização” (via folclorização), e a “esportivização” da capoeira a partir dos anos de 1930. A primeira se manifestou inicialmente na Bahia, desde os anos de 1940, quando o que era considerado como “sobrevivência africana” passou a ser tratado como espetáculo. A experiência a partir da capoeira esporte, por sua vez, ganhou dimensão nacional, especialmente após os anos 1960, com a migração de mestres baianos para São Paulo, e oficializada em 1972 por portaria do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. As duas tendências persistem até os dias de hoje, em apresen-

tações turísticas, festivais ou campeonatos desportivos, mas não limitaram a criatividade e possibilidades de ação do capoeira.

A capoeira veio então ao longo das últimas décadas ganhando dimensão internacional e sendo assim caracterizada por alguns como uma prática globalizada. Mais do que o reconhecimento da dívida que o Brasil tem em relação à capoeira, talvez tenha sido justamente a sua internacionalização, além da mobilização dos próprios capoeiras, que motivou, em 2008, o governo federal a registrá-la como um bem patrimonial da cultura brasileira. Quanto aos seus valores de pertencimento afro-brasileiro, espera-se que essa nova ordem diaspórica, não inviabilize que as gerações futuras entendam a capoeira no campo dos significados da experiência africana no Brasil. *Capoeira, identidade e gênero*, nesse sentido, consiste em uma sutil colaboração da história social para o debate sobre os significados históricos da capoeira no Brasil.

A reunião destes ensaios, do ponto de vista acadêmico, visa a demonstração da importância da história da capoeira para a compreensão da história do Brasil. Além disso, permite uma reflexão acerca dos procedimentos metodológicos, domínios temáticos e crítica à documentação que devem estar voltados para qualquer pesquisa que venha a ser feita sobre a capoeira. Do ponto de vista de nossa militância como praticantes de capoeira angola, buscamos mostrar como a capoeira possui não apenas uma história, mas histórias diversas que na maioria das vezes a memória coletiva dos grupos e praticantes não puderam alcançar por inúmeros fatores ou escolhas. Longe de apenas repetir o que o senso comum informa acerca da história convencional da capoeira, priorizamos aqui a crítica e quebra dos velhos paradigmas inspirados exclusivamente em “tradições inventadas”, ou seja inspiradas em um passado convenientemente mitificado e a-histórico. Politicamente, optamos pelos recortes em torno da identidade

nacional, educação, historiografia, literatura, gênero e arte visando permitir ao leitor, de qualquer nível de formação e interesse, compreender o alcance da prática da capoeira na sociedade brasileira. Com este procedimento, esperamos que o público leitor compreenda criticamente a trajetória da capoeira através de seus diferentes significados sociais. Interpretações que, politicamente, se polarizaram da criminalização para a patrimonialização. É hora dos capoeiras, em sua diversidade de experiências e tradições, promoverem criticamente uma nova política de auto valorização de seus saberes e práticas. À sociedade e ao poder público, cabe reconhecer que a capoeira, como prática política e mobilização sócio-cultural, sempre consistiu em uma forma autônoma de ação afirmativa para a identidade negra no Brasil.